

Revista eletrônica **Cadernos de História**  
publicação do corpo discente do Departamento de História da UFOP  
Ano I, n.º 2, setembro de 2006  
www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria  
ISSN 1980-0339

## Representações Classistas no FNT

**Gelsom Rozentino de Almeida**

Professor Adjunto da UERJ

Coordenador da Pesquisa “O Movimento Sindical e o Fórum Nacional do Trabalho”

**Ana Valéria Dias Pereira**

Graduanda em História

DCH/FFP/UERJ

Voluntária da Pesquisa

**Frederico Alberto de Araújo Junior**

Graduanda em História

DCH/FFP/UERJ

Voluntária da Pesquisa

**Igor José de Souza Pereira**

Graduanda em História

DCH/FFP/UERJ

Voluntária da Pesquisa

**Flora Oliveira Brandão**

Graduanda em História

DCH/FFP/UERJ

Voluntária da Pesquisa

**Resumo:** O Fórum Nacional do Trabalho (FNT) foi criado pelo Decreto nº 4.796, de 30 de julho de 2003, com a finalidade de coordenar a negociação entre os representantes dos trabalhadores, empregadores e governo federal sobre a reforma sindical e trabalhista no Brasil. O presente artigo tem por objetivo apresentar a composição do Fórum Nacional do Trabalho, identificando a origem dos representantes dos trabalhadores, empregadores e governo, por setor econômico, entidades, classes e frações, buscando contribuir para a identificação dos interesses representados.

**Abstract:** The National Forum of the Work (FNT) it was created by the Ordinance no. 4.796, of July 30, 2003, with the purpose of coordinating the negotiation among the workers' representatives, employers and federal government on the syndical and labor reform in Brazil.

The present article has for objective to present the composition of the National Forum of the Work, identifying the workers' representatives' origin, employers and government, for economical section, entities, classes and fractions, looking for to contribute for the identification of the represented interests.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 teve início, por parte dos liberais, o anúncio da necessidade de sua revisão.<sup>1</sup> Ao longo dos anos noventa, a defesa de reformas – da Constituição, do Estado, eleitoral, fiscal, trabalhista, sindical, etc - foi se tornando quase um *mantra* e visto por seus signatários como um *consenso*. Mesmo setores que se opunham inicialmente foram incorporando algumas propostas, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Criado pelo Governo Lula através do Decreto nº 4.796, de 30 de julho de 2003, com a finalidade de coordenar a negociação entre os representantes dos trabalhadores, empregadores e governo federal sobre a reforma sindical e trabalhista no Brasil, o Fórum Nacional do Trabalho (FNT) foi justificado principalmente pela *necessidade* de superação de características há muito criticadas pelo novo sindicalismo na Consolidação das Leis Trabalhistas do Brasil (CLT). A legislação trabalhista e sindical brasileira contava com críticos poderosos, nem sempre aliados, mas também não necessariamente adversários.<sup>2</sup> Lideranças sindicais do “novo sindicalismo” se insurgiam contra o autoritarismo e as amarras da legislação e da estrutura sindical varguista sob a tutela do Estado. Esses buscavam liberdade e autonomia sindical, independência na organização, maior representatividade e capacidade de reivindicação e negociação. Da mesma forma, juristas, empresários, acadêmicos, políticos, de cunho liberal, também criticavam o “engessamento” e o “custo Brasil”, provocados por essa estrutura e legislação. Para esses, tratava-se de diminuir a intervenção do Estado nas relações trabalhistas, possibilitando a “flexibilização” da legislação e dos próprios direitos dos trabalhadores.

Tendo como referência propostas apresentadas pela CUT durante a década passada até a eleição de Lula, dentre os objetivos do FNT destaca-se a proposta de promover a democratização

---

<sup>1</sup> MERCADANTE, Paulo (Coord.), **Constituição de 1988: o avanço do retrocesso**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1990.

<sup>2</sup> Ver, a esse respeito:

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. Estado. Constituição e Reformas: a CUT e os Liberais. In **Solidum**. Nova Iguaçu: , v.1, n.1, p.57 - 70, 2000.

*Idem* De Collor a Lula: a CUT e a Flexibilização do Direito do Trabalho. In **Solidum**. Nova Iguaçu, v. 1, n.7, ano 4 (julho/dezembro 2004), p. 205-228.

das relações de trabalho através da adoção de um modelo de organização sindical baseado em liberdade e autonomia. A intenção do governo federal seria atualizar a legislação do trabalho, adequando-a às novas exigências do desenvolvimento nacional, de maneira a criar um ambiente propício à geração de emprego e renda. Através desse fórum, legitimado pela participação de representantes de governo, empresários e trabalhadores, pretende-se, modernizar as instituições de regulação do trabalho, especialmente a Justiça do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego; estimular o diálogo e o tripartismo e assegurar a justiça social no âmbito das leis trabalhistas, da solução de conflitos e das garantias sindicais.<sup>3</sup>

Muitos trabalhos têm sido escritos apresentando sugestões sobre qual seria o melhor projeto de reforma trabalhista e de reforma sindical. Muitos debates têm sido travados em torno das propostas apresentadas e do andamento das reformas a partir do FNT. Embora sejam importantes, consideramos em nossa pesquisa fundamental caracterizar o perfil dos componentes do FNT, para melhor identificarmos as origens das propostas e o jogo de interesses representados. Neste sentido, o presente artigo tem por objetivo apresentar a composição do Fórum Nacional do Trabalho, identificando a origem dos representantes dos trabalhadores, empregadores e governo, por setor econômico, entidades, classes e frações, buscando contribuir para a identificação dos interesses representados.

## OS REPRESENTANTES DO GOVERNO

A maioria dos representantes do governo no FNT é formada de ex-sindicalistas. Essa situação é ao mesmo tempo confortável e incômoda para os governistas, até porque esses antes combatiam os patrões e hoje têm que exercer um papel de mediação entre *ex-companheiros* do movimento sindical e a burguesia brasileira, que exige mudanças imediatas nas leis de direito do trabalhador.

A alegação do empresariado é de que os encargos trabalhistas são muito altos, dificultando o desenvolvimento econômico e limitando a concorrência com outros países emergentes, como a China, devido ao chamado “custo Brasil”. Tais encargos, ditos elevados, dificultariam a contratação de novos trabalhadores e seria uma das causas do crescimento do número de trabalhadores que exercem suas funções sem carteira assinada.

---

<sup>3</sup> Fórum Nacional do Trabalho – Objetivos. In: [www.fnt.tem.gov.br](http://www.fnt.tem.gov.br)

Tanto no governo como nos partidos que compõem a base de apoio o debate sobre as reformas sindical e trabalhista não é explicitado. Apenas no Partido dos Trabalhadores (PT) e no Partido Comunista do Brasil (PC do B) apresentam-se diferentes propostas e interpretações de correntes internas e líderes vinculados ao movimento sindical. No Partido Liberal (PL) e no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), tal debate não é feito, ou não é exposto. No Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), embora a posição oficial fosse de defesa irredutível da CLT, não há nenhuma formulação maior sobre a sua “defesa” ou de outro projeto. Dessa forma, pode-se afirmar que a posição do governo no FNT tem sido influenciada pela posição hegemônica do PT, sobretudo de sua corrente interna principal.

A maior parte dos integrantes do governo no FNT é composta por integrantes do PT, como o primeiro coordenador geral do fórum, Ricardo Berzoini (PT/SP), hoje presidente do PT e então Ministro de Estado do Trabalho e do Emprego (MTE) – substituído primeiro por Jacques Wagner (PT/BA) e em seguida deste por Luís Marinho, ex-presidente da CUT (que inicialmente integrou a bancada dos trabalhadores, sendo a principal liderança, na condição de presidente da central), do coordenador-adjunto Alencar Ferreira Júnior, secretário-executivo do MTE, de Osvaldo Bargas, atual coordenador do fórum e secretário executivo do MTE, de reconhecida vida política e sindical, sendo inclusive um dos fundadores da CUT, e que aparece como o principal articulador do governo, Jair Meneguelli, presidente do conselho nacional do Serviço Social da Indústria (SESI) e ex-presidente da CUT e Vicente Paulo da Silva (Vicentinho), deputado federal (PT/SP) e ex-presidente da CUT. Nesse sentido, confirma-se a influência dos projetos petistas e cutistas nas propostas e intervenções do governo no FNT. As origens e trajetórias de vida de seus representantes, ligados em regra à história recente do sindicalismo (cutista) no Brasil, bem como a sua filiação partidária, tenderiam, por outro lado, a ratificar os temores do empresariado quanto à posição do governo quanto aos seus interesses. Mas não seria bem assim...

## OS REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES

Neste tópico pretendemos apresentar a caracterização da representação sindical no FNT, tendo como base a quantificação das centrais sindicais e áreas econômicas presentes na bancada dos trabalhadores no seu interior, como elementos importantes na análise das correlações de

forças envolvidas no processo de construção e implementação de um fórum tripartite (envolvendo Governo, Empregadores e Trabalhadores).

Nesta etapa da pesquisa, onde a tese de “pacto social” ou “conciliação de classes” ideologicamente presente na atuação sindical *cutista* e do próprio PT desde os anos noventa viu-se reforçada, foi fundamental a análise da composição do Fórum Nacional do Trabalho.

A pesquisa analisou a Bancada dos Trabalhadores, segundo sua composição por setor de economia e centrais sindicais, a fim de apontar quais centrais e setores estão presentes no processo, para através dos números quantificar sua participação e assim poder identificar tanto os setores como sindicatos e centrais com maior representação no Fórum.

A Bancada dos Trabalhadores contou com 42 membros, sendo 21 titulares e 21 suplentes. Vários participam em mais de uma comissão, o que resulta em que apareçam 138 vezes, divididos na seguinte ordem:

- COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – 12 membros.
- PLENÁRIA – 42 membros.
- GRUPOS DE TRABALHO:
  - a) Organização Sindical – 12 membros.
  - b) Negociação Coletiva - 12 membros.
  - c) Sistema de Composição de Conflitos - 12 membros.
  - d) Legislação do Trabalho - 12 membros.
  - e) Organização Adm. E Judiciária do Trabalho - 12 membros.
  - f) Normas Adm. das Condições de Trabalho - 12 membros.
  - g) Qualificação e Certificação profissional - 12 membros.<sup>4</sup>

A representação dos trabalhadores conforme as áreas econômicas foi dividida em Indústria, Comércio, Serviços, Financeiros, Educação, Profissionais Liberais, Turismo, Funcionalismo Público, Rural, Aposentados, Cooperativas e Não-Identificados. Na composição por setores econômicos, optou-se por comparar os números do Fórum com os do DIEESE<sup>5</sup>, na busca de alguma correspondência empírica entre os dados oficiais de ocupação e a real presença no FNT. Em decorrência de tal comparação foram constatadas importantes diferenças de taxas de ocupação, onde principalmente a representação do setor rural sai prejudicada (24,2% no

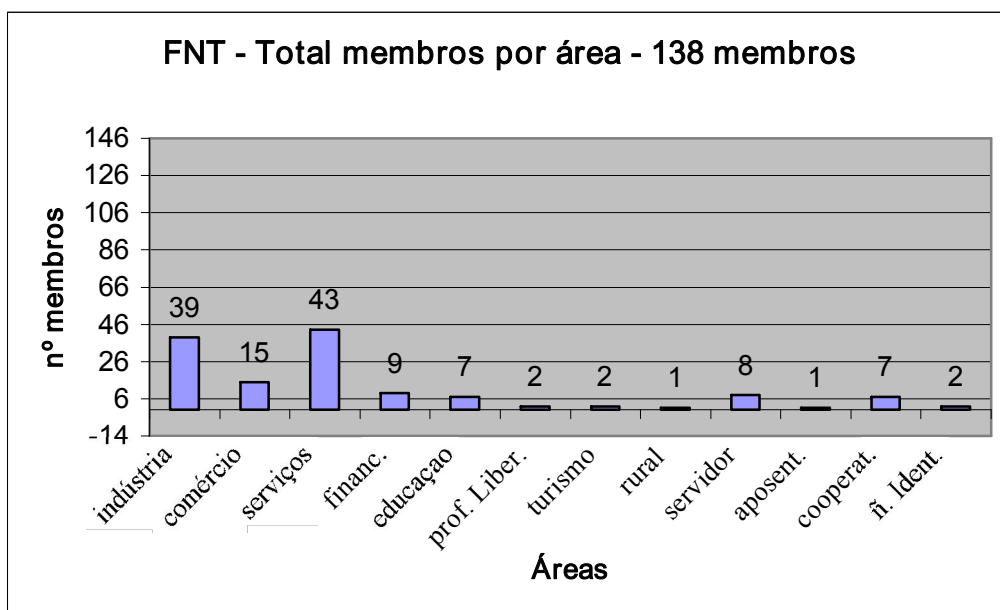
---

<sup>4</sup> Vale salientar que a metade do número de membros de cada grupo (ou Plenária, Comissões), equivale ao número de suplentes. Ex: 12 membros = 06 titulares e 06 suplentes.

<sup>5</sup> DIEESE. **População Ocupada por Setor de Economia – Brasil - 1990-1999**. ANUÁRIO DOS TRABALHADORES- 2000/2001.

DIEESE e 0,6% no FNT) e os representantes da atividade financeira fortalecida (3,9DIEESE <sup>6</sup> e 6,1% FNT).

GRÁFICO I – REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES POR ÁREA ECONÔMICA



Cabe destacar o peso maior dos representantes oriundos do setor de serviços, seguidos pelos do setor industrial. Juntos, ambos obtêm 82 membros ou 56,16% do total, significando a preponderância dos setores capitalistas mais modernos. A subrepresentação dos trabalhadores rurais, por seu turno, pode ser interpretada como uma dupla derrota: tanto pelo capital agrário, que estaria logrando uma intensificação dos CAIs (Complexos Agro-Industriais), sobretudo direcionados para a exportação; como dentro do próprio movimento sindical, onde os representantes dos setores modernos, sobretudo das categorias mais fortes e organizadas, tenderiam a preencher maiores espaços na estrutura sindical, bem como *perceberiam* com maior facilidade a coincidência de interesses entre trabalho e capital.

<sup>6</sup> Este dado refere-se ao setor denominado “Serviços Auxiliares da Atividade Econômica”, o que mais se aproximava do conceito de Setor Financeiro utilizado na metodologia da pesquisa com o Fórum.

<sup>7</sup> Optamos por diferenciar representantes e representações. Os representantes são os indivíduos indicados para a representação por diferentes entidades. As representações são entendidas pelo número de vezes em que tais representantes aparecem nas diversas comissões e GTs do Fórum.

A seguir identificamos a representação por entidades: CUT – Central Única dos Trabalhadores; FS – Força Sindical; CGT – Central Geral dos Trabalhadores; CGTB – Confederação Geral dos Trabalhadores; SDS – Social Democracia Sindical; CAT – Central Autônoma dos Trabalhadores; CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria; e CONTRATUH – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade. Na Tabela I aparece distribuição apenas dos 42 representantes titulares e efetivos. Na Tabela II, como esses representantes estão distribuídos nas diferentes comissões e grupos de trabalho.

TABELA 1 - REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES POR ENTIDADES

	titulares	suplentes	TOTAL
CUT	06	06	12
FORÇA SINDICAL	05	05	10
CGT	03	03	05
SDS	02	02	04
CGTB	02	02	04
CAT	02	02	04
CNTI	01	-	01
CONTRATUH	-	01	01
<b>TOTAL</b>	21	21	42

TABELA 2 – REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES POR ENTIDADES COM O TOTAL DE PARTICIPAÇÕES EM COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

	CUT	FS	CGT	SDS	CGTB	CAT	CNTI	CONTRATUH	TOTAL
<i>Com. Sistematização</i>	6	3	2	1	0	0	0	0	12
<i>Plenária</i>	12	10	5	4	4	4	1	1	42
<i>GT - Org. Sindical</i>	2	2	2	2	2	0	1	1	12
<i>GT - Neg. Coletiva</i>	2	2	2	2	2	1	1	0	12
<i>GT - Comp. De Conflitos</i>	2	2	2	1	2	1	1	1	12
<i>GT - Legisl. Do Trabalho</i>	2	2	2	2	2	1	1	0	12
<i>GT - Org. Adm. Jud. Do Trab.</i>	2	2	1	2	2	1	1	1	12
<i>GT - Nor. Adm.</i>	2	2	2	2	1	1	1	1	12

<i>Cond. De Trabalho.</i>									
<i>GT - Qual. E Cert. Profission.</i>	2	2	2	2	2	1	1	0	12
<b>Subtotal</b>	<b>32</b>	<b>27</b>	<b>20</b>	<b>18</b>	<b>17</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>138</b>

Resultados preliminares apontam para um comando hegemônico dividido entre a CUT e a Força Sindical (com leve supremacia cutista), onde a Plenária e a Comissão de Sistematização foram lugares de maior disputa e de exemplos deste quadro (12 e 06 representantes da CUT, 10 e 03 da FS, respectivamente). A coordenação da bancada coube à CUT, inicialmente ocupada por Luís Marinho, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC-SP e então presidente da central, e tendo como coordenador adjunto Ricardo Patah, Presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio de São Paulo e Tesoureiro Geral da Força Sindical. Caracterizadas como pólos opostos do espectro sindical brasileiro durante anos, CUT e FS têm convergido em vários pontos, sobretudo pelo processo de transformação da primeira, o que tem possibilitado a atuação conjunta na grande maioria das vezes. As áreas de atrito ou divergência têm ficado cada vez mais em segundo plano. As demais centrais possuem poucos sindicatos de expressão filiados e, em decorrência, contam com pouca influência e poder de decisão.

Cabe destacar ainda que, todos os 42 integrantes da bancada dos trabalhadores são dirigentes sindicais e possuem cargos ou vínculos estreitos com federações, confederações e centrais sindicais. Apenas os representantes da CNTI e da CONTRATUH não tiveram vinculações identificadas com as centrais. Consideramos que tal composição significa uma grande concentração do poder decisório na cúpula da estrutura sindical, tendo pouca capilaridade nas bases sindicais as questões ali debatidas bem como a própria escolha de seus representantes. E que, embora não reconhecidas juridicamente como parte dessa estrutura sindical, as centrais sindicais efetivamente passaram a incorporá-la, legitimá-la e representá-la.

## OS REPRESENTANTES DOS EMPREGADORES

Para a análise da composição dos diferentes setores do empresariado brasileiro no Fórum Nacional do Trabalho foi realizado inicialmente um mapeamento das entidades representadas na bancada dos empregadores (portanto, a bancada do capital), quais os setores da sociedade que



representam (ou classes e frações de classe), onde atuam e a quantidade de vezes em que tais entidades aparecem representadas.

Na Tabela 3 identificamos a representação dos empregadores por entidade: CNA – Confederação Nacional da Agricultura, CNI – Confederação Nacional da Indústria, CNT – Confederação Nacional dos Transportes, CNF – Confederação Nacional das Instituições Financeiras, CACB – Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil e CNC – Confederação Nacional do Comércio.

TABELA 3 - REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADORES POR ENTIDADES

	<b>titulares</b>	<b>suplentes</b>	<b>TOTAL</b>
<b>CNA</b>	4	4	8
<b>CNI</b>	4	4	8
<b>CNC</b>	4	4	8
<b>CNF</b>	4	4	8
<b>CNT</b>	4	4	8
<b>CACB</b>	1	1	8
<b>TOTAL</b>	21	21	42

Como pode ser visto na tabela acima, há uma igualdade na distribuição dos 42 representantes entre as cinco principais confederações patronais, cabendo 8 membros para cada, e apenas 2 para a CACB, com menor expressão. A coordenação geral coube a Antonio Oliveira Santos, presidente da CNC, sendo o coordenador adjunto Flávio Benatti, Presidente da Federação dos Transportes de Cargas do Estado de São Paulo e Presidente da Seção II- Transporte de Cargas da CNT.

Não obstante, ao observarmos a inserção desses representantes relacionando as instituições de origem e não apenas as confederações, com a quantidade de vezes que aparecem em grupos e comissões, são 144 representações em plenárias, grupos e comissões.<sup>7</sup> A bancada dos empregadores no Fórum Nacional do Trabalho (FNT) é formada por 11(onze) grupos distintos de discussões, que são:

1. Comissão de Sistematização (com 12 representantes);
2. Plenária (com 42 representantes);
3. Plenária – Representantes das Micro e Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade (com 6 representantes);

4. Comissão de Sistematização – Representantes da Micro e Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade (com representantes ainda a definir);
5. Grupo Temático : Organização Sindical (com 12 representantes);
6. Grupo Temático: Negociação Coletiva (com 12 representantes);
7. Grupo Temático: Sistema de Composição de Conflitos ( com 12 representantes);
8. Grupo Temático: Legislação do Trabalho (com 12 representantes);
9. Grupo Temático: Organização Administrativa e Judiciária do Trabalho (com 12 representantes);
10. Grupo Temático: Normas Administrativas sobre as condições de trabalho (com 12 representantes);
11. Grupo Temático : Qualificação e Certificação Profissional (com 12 representantes).

Mas, ao observarmos a atividade empresarial dos membros da bancada, para além da indicação formal das confederações, percebemos uma “dupla militância” de alguns, resultando na aparição de citações de instituições ou empresas conforme a atividade econômica num total de 213 vezes, onde obtemos uma distribuição menos equilibrada.

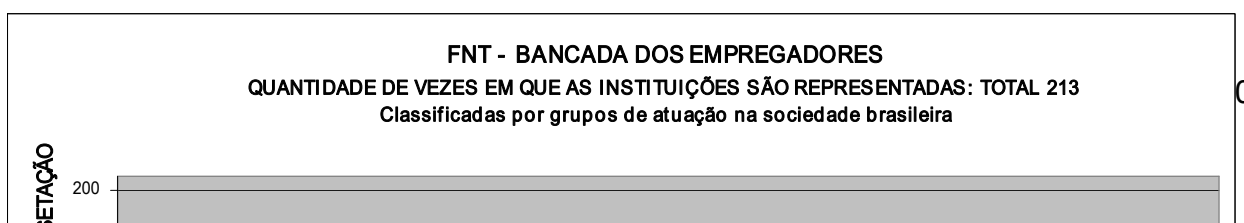
Para conhecer a representação da bancada dos empregadores no FNT foram identificadas e classificadas os tipos de instituições presentes na bancada. Essa classificação gerou 6 (seis) blocos distintos de instituições:

- 1) Instituições Financeiras;
- 2) Instituições Industriais;
- 3) Instituições de Transportes;
- 4) Instituições Comerciais;
- 5) Instituições Rurais e
- 6) Outras.

Identificando esses 6 (seis) blocos principais de instituições, foi contabilizado o quantitativo de representações de cada bloco:

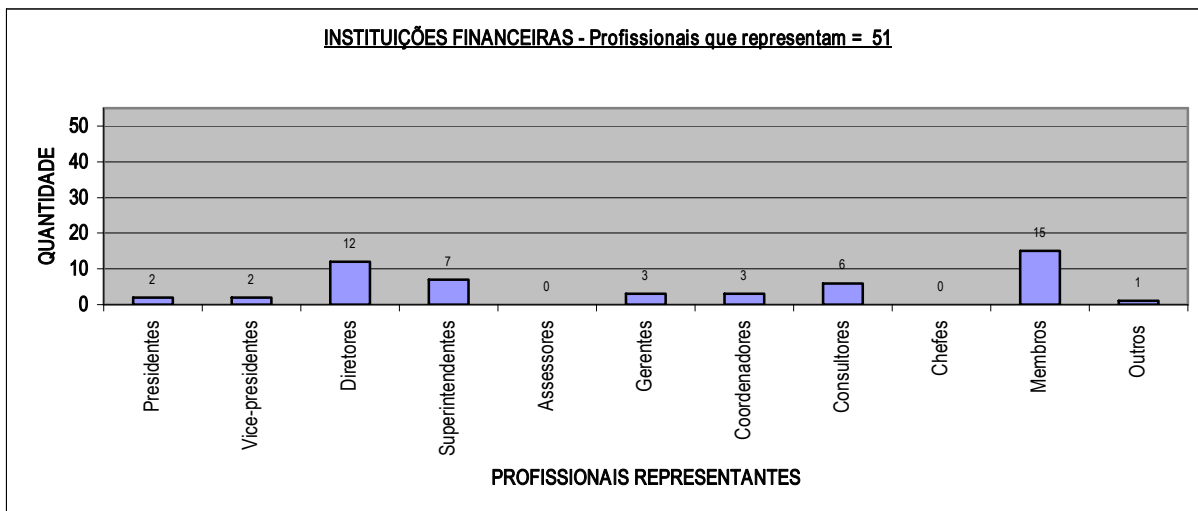
- 1) Instituições Financeiras = 51 representações.
  - 2) Instituições Industriais = 34 representações.
  - 3) Instituições de Transportes = 43 representações.
  - 4) Instituições Comerciais = 38 representações.
  - 5) Instituições Rurais = 37 representações.
  - 6) Outras = 10 representações.
- Total = 213 representações institucionais.

GRÁFICO 2. Classificação da representação dos empregadores por setores econômicos



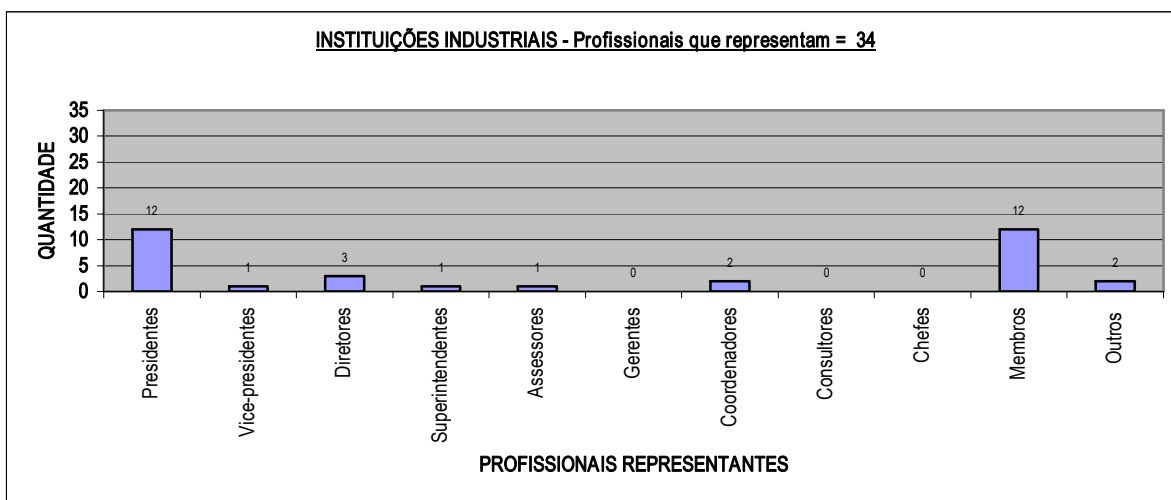
As representações dessas Instituições são efetuadas por profissionais de determinadas empresas, com cargos diferenciados. Os principais cargos dos representantes de empresas, classificadas pelos tipos de empresas ou instituições em que se encontram, foram catalogados nos gráficos abaixo relacionados.

GRÁFICO 3 - Empresas Financeiras



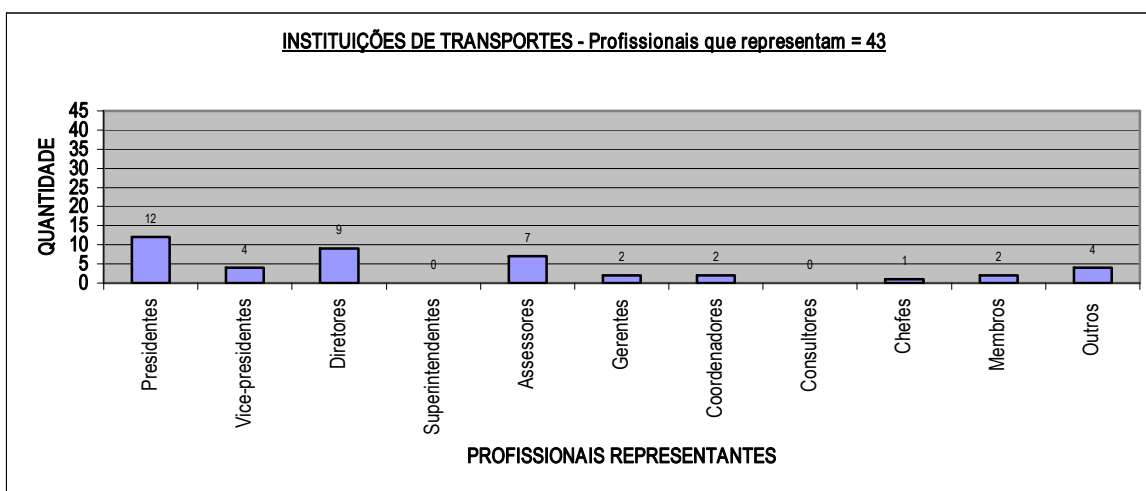
Os representantes das instituições financeiras em sua maioria se apresentam como *membros*, seguidos de *diretores*, *superintendentes* e *consultores*, que juntos totalizam 78,41%.

GRÁFICO 4 - Instituições Industriais



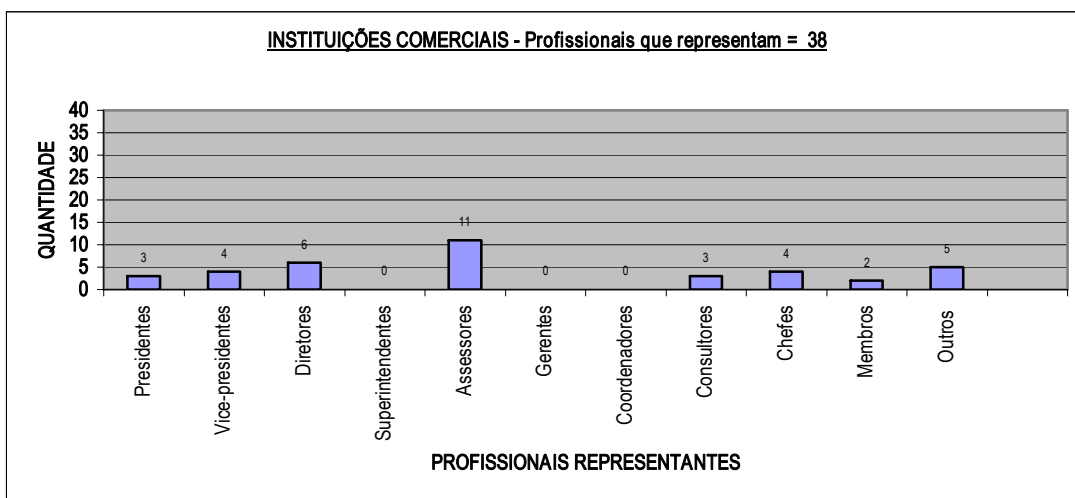
No setor industrial, sobressaem os presidentes das empresas ou instituições e os que se declaram apenas membros.

GRÁFICO 5 - Instituições de Transportes



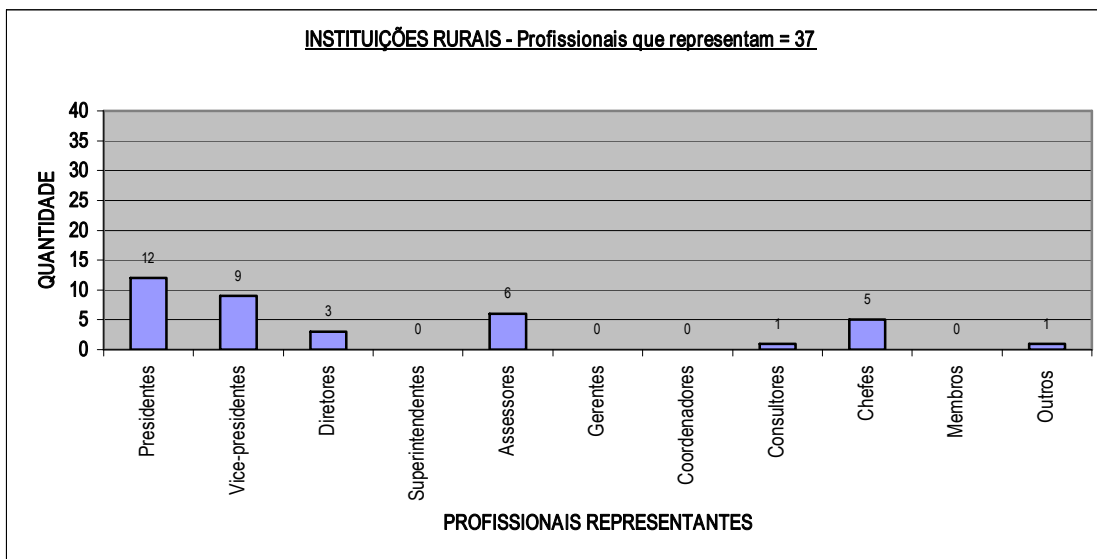
Os representantes do setor de transportes são em sua maioria presidentes de empresas e entidades, com destaque também para vice-presidentes e diretores.

GRÁFICO 6 – Empresas Comerciais



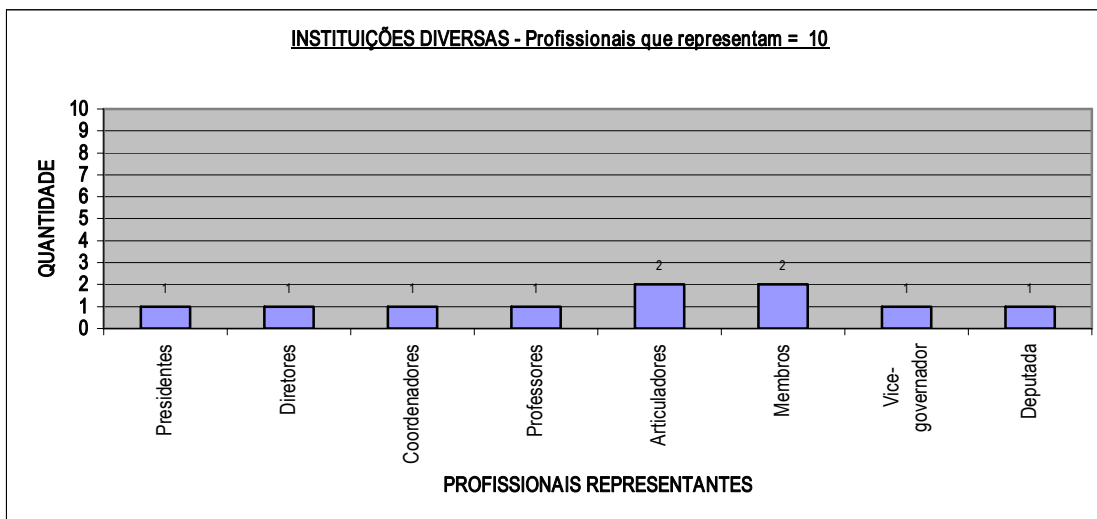
No setor comercial percebe-se uma nítida diferença com relação aos demais: o grupo de maior número é formado por assessores de entidades classistas, caracterizando uma maior profissionalização da representação dessa fração da bancada dos empregadores.

**GRÁFICO 7 – Empresas Rurais**



A representação do setor rural acompanha o padrão concentrador do poder decisório nas mãos de presidentes e vice-presidentes de entidades e empresas.

**GRÁFICO 8 - Outras**



Dos 42 representantes, entre titulares e suplentes, 17(dezessete) têm seus nomes em mais de um dos grupos de discussões que formam a bancada dos empregadores do FNT. Desses 17 profissionais:

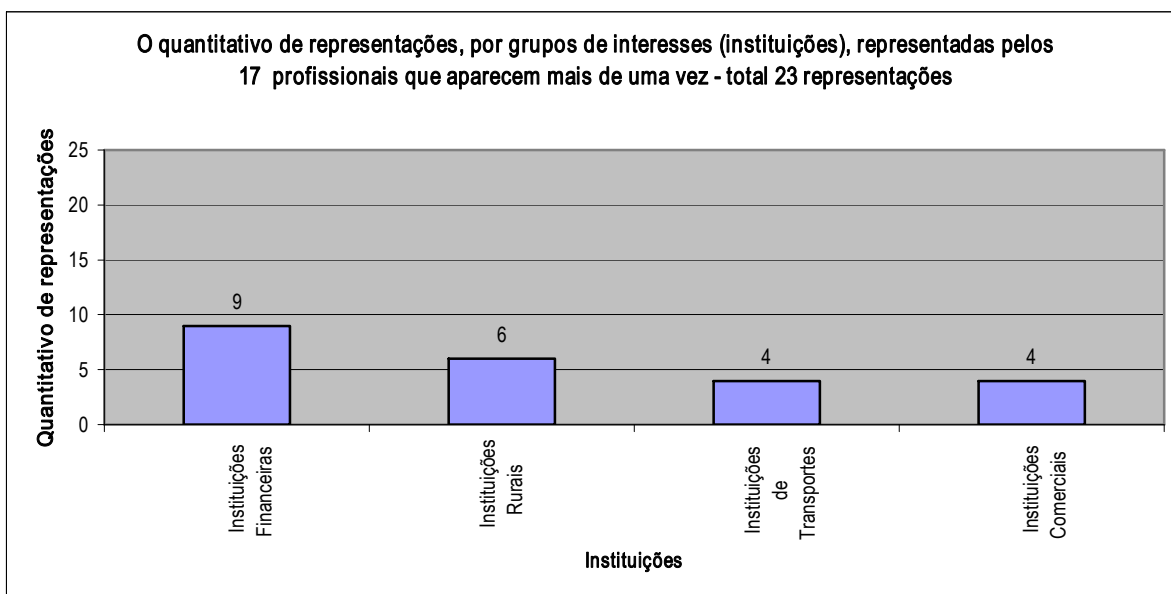
- a) Um representa quatro vezes seu grupo de interesse, em quatro grupos diferentes de discussões, da bancada dos empregadores;
- b) Três representam três vezes seus grupos de interesses, em quatro grupos diferentes de discussões, da bancada dos empregadores;
- c) Treze representam duas vezes seus grupos de interesses, em oito grupos diferentes de discussões, da bancada dos empregadores.

O quantitativo de representações, por grupos de interesses (instituições), representadas por esses 17 (dezessete) profissionais, são:

- 1) Instituições Financeiras = 9 representações;
- 2) Instituições Rurais = 6 representações;
- 3) Instituições de Transportes = 4 representações;
- 4) Instituições Comerciais = 4 representações.

Total = 23 representações

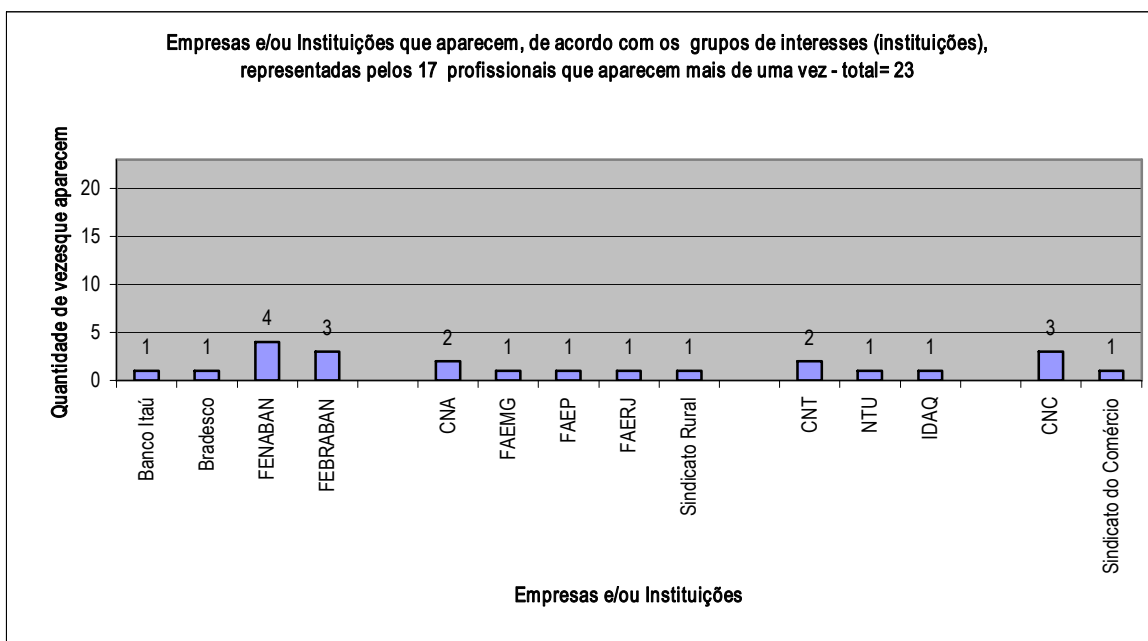
GRÁFICO 9 – Representantes dos empregadores que aparecem mais de uma vez



As empresas e/ou instituições que aparecem, de acordo com os grupos de interesses (instituições), representadas por esses 17 (dezessete) profissionais, são:

1. **Instituições Financeiras** : Banco Itaú, Bradesco, FENABAN (Federação Nacional dos Bancos), FEBRABAN (Federação Brasileira das Associações dos Bancos).
2. **Instituições Rurais**: CNA (Confederação Nacional da Agricultura), FAEMG (Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais), FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná), Sindicato Rural, FAERJ (Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro).
3. **Instituições de Transportes**: CNT (Confederação Nacional do Transporte), ANTU (Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos), IDAQ (Instituto de Desenvolvimento, Assistência Técnica e Qualidade de Transporte).
4. **Instituições Comerciais**: CNC (Confederação Nacional do Comércio), Sindicato do Comércio.

GRÁFICO 10 – Empresas ou instituições que aparecem mais de uma vez



Observa-se que a atuação da FEBRABAN adquire um maior destaque, juntamente com representantes de outras instituições financeiras, como o principal formulador e articulador político e ideológico do empresariado brasileiro, ao menos no FNT. Tal desempenho reforçaria a hegemonia do capital financeiro na economia e sociedade brasileiras.

Os empregadores, através das suas entidades, não têm ainda uma atuação verdadeiramente unificada no FNT. Mas destaca-se a burguesia financeira como o núcleo dirigente principal. Embora não divulguem abertamente as suas divergências, apenas em seminários internos, discussões fechadas, ou em falas enviesadas pela imprensa. Percebe-se também que, mesmo com muitos pontos em comum entre as propostas dos trabalhadores e do governo, os empregadores, capitaneados por esse setor, começam a assinalar com o engavetamento das reformas sindical – já aprovada – e trabalhista, diante da possibilidade de não conseguirem a flexibilização e a ampla revogação de direitos na CLT.



## **Bibliografia**

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. CUT, Flexibilização e Direito do Trabalho In: XXI Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2001, Niterói. **Anais do XXI Simpósio Nacional de História da ANPUH**, 2001.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. PT: Democracia e Socialismo In: XXI Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2001, Niterói. *Anais do XXI Simpósio Nacional de História da ANPUH*, 2001.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. O PT e a Revolução In: Simpósio Regional de História da ANPUH/RJ, 2000, Niterói. **Anais do Simpósio Regional de História da ANPUH/RJ**, 2000.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. PT: Teoria & Debate In: Simpósio Regional de História - ANPUH, 2000, Niterói. **Anais do Simpósio Regional de História - ANPUH RJ**, 2000.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. O PT e a Questão Nacional In: XX Simpósio Nacional de História da ANPUH, 1999, Florianópolis - SC. **Anais do XX Simpósio Nacional de História da ANPUH**, 1999.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. A CUT e a Democracia: a Questão Sindical In: XIX Simpósio Nacional de História da ANPUH, 1997, Belo Horizonte - MG. **Anais do XIX Simpósio Nacional de História da ANPUH**, 1997.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. Novo Sindicalismo, Democracia e Corporativismo In: XIX Simpósio Nacional de História da ANPUH, 1997, Belo Horizonte - MG. **Anais do XIX Simpósio Nacional de História da ANPUH**. 1997.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. Novo Sindicalismo, Democracia e Historiografia In: Encontro Regional da ANPUH, 1996, Rio de Janeiro. **Anais do Encontro Regional da ANPUH**. , 1996.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. A Crise Brasileira nos Anos 80. *In Solidum*. Nova Iguaçu: , v.1, p.109 - 150, 2001.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. Estado. Constituição e Reformas: a CUT e os Liberais. *In Solidum*. Nova Iguaçu: , v.1, n.1, p.57 - 70, 2000.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. Novo Sindicalismo, Democracia e Historiografia. **Cadernos Praia Grande**. Niterói: , v.1, n.2, p.21 - 44, 1998.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Crise Econômica e Interesses Organizados: O Sindicalismo no Brasil dos Anos 80**, São Paulo: EDUSP, 1996.

ANDRADE, Regis de C. A Reforma Institucional no Brasil, *In Lua Nova (Estado, Reformas e Desenvolvimento)*, CEDEC, 28/29, 1993.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, Campinas: EdUNICAMP, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BAUMANN, Zygmunt. **Globalização e as conseqüências humanas**. Rio De Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.

BOITO JR., Armando, **O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**, Campinas/São Paulo: Ed.UNICAMP/HUCITEC, 1991.

BOITO JR., Armando. Entrevista concedida a Gazeta Mercantil, republicada na **Revista Espaço Acadêmico**, no. 44, jan. 2005, in: : <http://www.espacoacademico.com.br>

CAMARGO, Jose Marcio (org.). **Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil**, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

DAÜBLER, Wolfgang (et. al.). **O Mundo do Trabalho**. Crise e mudança no final do século, São Paulo: Scritta, 1994.

DIEESE. **População Ocupada por Setor de Economia – Brasil - 1990-1999**. ANUÁRIO DOS TRABALHADORES- 2000/2001.

DINIZ, Eli. **Reformas econômicas e democracia no Brasil dos anos 90**: as câmaras setoriais como fórum de negociação, in: Dados, no. 37, 1994.

DREIFUSS, René A. **A Era das Perplexidades**. Mundialização, Globalização e Planetarização: Novos Desafios. Petrópolis: Vozes, 1996.

FERREIRA, Caio Márcio Marini. **Estratégia da Reforma do Aparelho do Estado**. Rio de Janeiro, IUPERJ, Seminários Friedrich Naumann / IUPERJ, no. 1, novembro de 1995.

FONTES, Virgínia. **Reflexões Im-pertinentes**: História e Capitalismo Contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. **Globalização e desemprego**: mudanças nas relações de trabalho. São Paulo: LTr, 1998.

GIANOTTI, Vito. **Força Sindical, a central neoliberal**: de Medeiros a Paulinho. 2ª. ed. revista, Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

GONÇALVES, Reinaldo. **Ô abre-alas**: a nova inserção do Brasil na economia mundial. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GORZ, André. **Adeus ao Proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. S. Paulo, Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, o Estado e a Política**, 8ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1991.

MACIEL, Jose Alberto Couto. **Desempregado ou supérfluo? Globalização**. São Paulo: LTr, 1998.

MARX, Karl. *O Capital*, São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas).

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi & OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de, *Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?*, São Paulo: Scritta, 1996.

MERCADANTE, Paulo (Coord.), *Constituição de 1988: o avanço do retrocesso*, Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1990.

NASSAR, Rosita de Nazaré Sidrim, *Flexibilização do direito do trabalho*, São Paulo: LTR Editora, 1991.

- PEREIRA, Renato Gonçalves. *A CUT, o movimento sindical e a revisão dos direitos trabalhistas na década de 1990*. 2001. Monografia (Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu em História Social do Brasil*) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- OFFE, Claus. *Modernity And The State : East, West*. Cambridge, Polity Press , 1996.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. São Paulo: Graal, 1988.
- REIS, Pedro Renato Lemos dos. *CUT: Lutas Internas, Impasses e Desafios nos anos 90 - o IV CONCUR em Debate*. 2001. Monografia de Conclusão de Curso (História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, Iram Jácome (org.), *O Novo Sindicalismo vinte anos depois*, Petrópolis: Vozes/EDUC/UNITRABALHO, 1999
- RODRIGUES, Leôncio Martins e CARDOSO, Adalberto Moreira. *Força Sindical: uma análise sócio-política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos, *Razões da Desordem*, Rio de Janeiro, Rocco, 1993.
- SENNET, Richard. *O Declínio Do Homem Público*. São Paulo, Companhia Das Letras, 1988.
- SENNET, Richard. *A corrosão do caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de janeiro/ São Paulo, Record, 2000.
- SIQUEIRA NETO, José Francisco, *Contrato coletivo de trabalho. Perspectiva de rompimento com a legalidade repressiva*, São Paulo, LTR Editora, 1991.
- TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís, *Desajuste global e modernização conservadora*, São Paulo, Paz e Terra, 1993.
- VELLOSO, João Paulo dos Reis & RODRIGUES, Leôncio Martins (coords.) *O futuro do sindicalismo: CUT, Força Sindical, CGT*. São Paulo: Nobel, 1992.